

Da sustentabilidade ou insustentabilidade da natureza do patrimônio natural¹

The sustainability or unsustainability of the nature of natural patrimony

De la sustentabilidad o insustentabilidad de la naturaleza del patrimonio natural

Gilmar Arruda²

¹ Este texto é resultado da participação, juntamente com a Profa. Dra. Silvia Zanirato, da mesa-redonda Patrimônio Cultural e Sustentabilidade, realizada durante o III Encontro Internacional em Patrimônio Cultural (Enipac), na Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville (SC). As reflexões contidas no artigo foram extremamente beneficiadas pela exposição da Profa. Silvia Zanirato e pelo debate gerado. Mantive na redação um pouco do estilo da exposição, fugindo um pouco das formalidades necessárias para a apresentação de um artigo científico.

² Doutor em História Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp - Assis). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Resumo: Nas últimas décadas do século XX ocorreu a “inflação do patrimônio” e se expandiu a noção de sustentabilidade, surgindo o patrimônio natural como uma das respostas à percepção de que a natureza estaria em risco por conta das atividades humanas. Neste artigo tentamos responder, com a ajuda da história ambiental, três indagações decorrentes desses eventos, ou dessas ideias: 1) O que sustentaria a natureza do patrimônio?; 2) O patrimônio natural seria sustentável?; 3) A natureza do patrimônio natural seria sustentável?

Palavras-chave: patrimônio natural; sustentabilidade; era da ecologia; história ambiental.

Abstract: In the last few decades of the XX century happened the “heritage inflation” which expand the notion of sustainability, appearing the natural heritage as a one of the answers to the perception that the nature would be in risk by the human activity. On this article we try to answer with the help of environmental history, tree questions resulting this events or this ideias: 1. What would sustain the heritage nature?; 2. Would the natural heritage be sustainable?; 3. The nature of the natural heritage would be sustainable?

Keywords: natural heritage; sustainability; age of ecology; environmental history.

Resumen: En las últimas décadas del siglo XX ocurrió “la inflación del patrimonio” y se expandió la noción de sustentabilidad, surgiendo el patrimonio natural como una de las respuestas a la percepción de que la naturaleza estaría en riesgo por las actividades humanas. En este artículo intentamos responder, con la ayuda de la Historia Ambiental, tres preguntas resultantes de estos eventos o ideas: 1) ¿Qué sustentaría la naturaleza del patrimonio?; 2) ¿El patrimonio natural sería sustentable?; 3) ¿La naturaleza del patrimonio natural sería sustentable?

Palabras clave: patrimônio natural; sustentabilidade; era de la ecologia; historia ambiental.

Todo texto, toda escritura possui a marca de sua origem. Essa seria uma afirmação óbvia, e desnecessária, se os autores explicitassem os lugares e os tempos do narrador, ou do escritor. Mas por tortuosas vias, e particularmente nos textos sobre a história, os autores escondem-se em seus escritos. Então, para iniciar o diálogo – sim, a leitura é um diálogo –, apresento-me: sou formado em História em 1984, professor de História da Universidade Estadual de Londrina, desde 1987. Fiz mestrado e doutorado em História. Daquele tempo aos dias de hoje, tenho escrito textos que denomino como sendo sobre a história, portanto, antes e depois do “Lattes”. É dessa perspectiva disciplinar e desse quadro temporal que observo a emergência das discussões sobre natureza, sustentabilidade e patrimônio. Foi nessas três décadas finais do século XX que essas palavras ganharam enorme visibilidade e utilização, estando presentes em movimentos sociais, ações e práticas de comunidades e partidos políticos, políticas de governos e estratégias de empresas privadas, associações e organizações multilaterais. Carrego, assim, sobre aquelas palavras e ideias “opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso” (HOBSBAWM, 1995, p. 7).

Foi também nesse tempo que as agudas e tensas percepções sobre o desmoronamento de um mundo, de uma sociedade ancorada na perspectiva otimista do progresso contínuo, ganharam volume e audiência. Sou desse tempo, portanto, em que o passado e a própria sobrevivência da espécie humana, esta arrogantemente percebida como sendo toda a natureza, começaram a ser pensadas sob risco de não continuar. Tornou-se urgente salvar

o que restava, ou, em uma das mais difundidas ideias sobre sustentabilidade, “crescer e desenvolver-se sem comprometer as gerações futuras”.

Embora a temática do evento fizesse menção a “patrimônio” e “sustentabilidade”, creio que é difícil, para não dizer quase impossível, separá-los da ideia de natureza se quisermos compreender alguns significados e sentidos que eles assumiram e o que dizem sobre a sociedade das quais emergiram. Refiro-me à sociedade de consumo de massa, ou à sociedade de risco, referida por Silvia Zanirato³.

Faço assim algumas perguntas associando essas três palavras que, muito mais que substantivos, representam ideias, “ expressam a visão da humanidade de si mesma e de seu lugar no mundo...” (WILLIAMS, 2011, p. 89): 1) O que sustentaria a natureza do patrimônio?; 2) O patrimônio natural seria sustentável?; 3) A natureza do patrimônio natural seria sustentável? Para tentar encaminhar algumas possíveis respostas a tais perguntas, precisarei antes apresentar um pouco do campo da história ambiental e, também, colocar algumas discussões da história cultura. Podemos, metaforicamente, pensar que se trata de uma receita, então coloquemos esses ingredientes em uma panela e levemos ao fogo brando.

Não pretendo apresentar uma extensiva resenha a respeito dos debates sobre história ambiental enfocando o seu surgimento, os métodos, os objetos e, mesmo, se seria um novo campo da historiografia ou apenas uma perspectiva, porque fugiria completamente do objetivo do texto. Apresentarei apenas alguns pontos para refletirmos sobre a ideia de natureza, ideia de “patrimônio natural” e sustentabilidade da natureza.

Basicamente, a proposta da história ambiental é colocar um “chão na história”. Parte-se da crítica de que uma grande parcela dos estudos historiográficos enfoca o processo histórico como se ocorresse no ar, sem uma base material concreta. O norte-americano Donald Worster, um dos mais proeminentes historiadores ambientais, definiu o objeto da história ambiental de forma bastante simples e completa: “a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201). Em passagem já bastante citada, estabelece três níveis para a análise do campo: o primeiro deles trataria do “entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado”; já no segundo nível, encontraríamos o “domínio do sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente”; e no terceiro patamar de análise estaria o campo da cultura, o nível mais intangível e “exclusivamente humano, [...] puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 201-202). Esse terceiro nível incluiria o estudo da estética, da ética, do folclore, da literatura, do paisagismo, da ciência e da religião – “deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza” (WORSTER, 1991, p. 210). Os três níveis comentados interagem e articulam-se, tornando impossível separá-los.

A história ambiental enfrenta alguns desafios. Um deles é o risco de um reducionismo natural. Dora Shellard Corrêa (1997) criticou contundentemente uma determinada perspectiva da história ambiental que procura, ou pretende, mudar os protagonistas da história, isolando a natureza do mundo humano, “como se ela fosse exterior a ele”:

Essa abstração apresenta-se necessária a fim de se atingir um dos objetivos dessa especialidade: mudar os protagonistas tradicionais dessa ciência humana, substituindo-os pelas matas, pelas saúvas, pelos vírus, num processo de personificação da natureza (CORRÊA, 1997, p. 47).

³ Ver neste mesmo volume da revista o artigo de Silvia Zanirato, “Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível?”. Aprendi muito com as proposições de Silvia Zanirato, como se pode notar pelas referências.

Tal processo de “desumanização” talvez advenha do esforço de determinada corrente da história ambiental em acentuar o aspecto destrutivo da ação do homem sobre a natureza, querendo assim recuperar uma possível ação para a “natureza” na sua luta pela “preservação/conservação”.

Em síntese, “o chão da história” não seria apenas uma história do mundo dos humanos, mas uma história de populações humanas e não humanas interagindo entre si e com os outros elementos do mundo físico, criando condicionamentos e alternativas para as ações dessas diversas populações. Sempre existem limitações naturais para as ações das populações humanas, que condicionam e/ou marcam as formações sociais, porém, nesse sentido, não significa admitir o velho e desgastado “determinismo” geográfico (DRUMMOND, 2000; WORSTER, 2003; DUARTE, 2005; PÁDUA, 2010; CABRAL, 2014a; 2014b).

Um dos papéis mais significativos que esse campo historiográfico poderá assumir talvez seja desconstruir a visão popular sobre a natureza, ou o senso comum, segundo a qual a natureza seria estável, holística, mantendo-se em equilíbrio ao longo do tempo se os humanos não a perturbassem. Entretanto, como têm demonstrado as pesquisas e o conhecimento mais recente, o mundo natural é muito mais dinâmico, instável e emaranhado com a história humana que o senso comum pode admitir (CRONON, 1996, p. 24). É possível perceber que esse cheiro de “senso comum” sobre o que seria a natureza e seu funcionamento expande-se para muito além, impregnando-se, ou pelo menos dando um certo gosto, em muitos discursos preservacionistas, entre os quais o que sustenta o “patrimônio natural”. Em resumo, a história ambiental procura analisar as limitações naturais, percebendo o mundo natural muito além da visão popular, como as sociedades humanas lidam com essas barreiras, transformando-as ou sendo transformados por elas, e como esse processo afeta as populações não humanas e vice-versa.

O campo da história ambiental, coincidentemente, cresceu e se expandiu nas últimas três décadas do século XX, aquele mesmo tempo da sociedade de consumo de massa, da sociedade de risco que nos lembrou Silvia Zanirato⁴, no qual muitos perderam as esperanças no progresso e em uma sociedade racional e civilizada. Foi nesse tempo também que houve a “inflação do patrimônio” e a explosão da memória (DUARTE, 2005; CHOAY, 2001; NORA, 1993; POLLAK, 1989; SARLO, 2007). Porém devemos sempre desconfiar das coincidências.

Agora, a contribuição de um outro campo, ou uma pitada da história das ideias, a ser colocado em nosso cozido. Três palavras aparecem na temática do simpósio e, como dissemos, são muito mais do que substantivos, são ideias. Todas elas, portanto, possuem mais ou menos quantidades de história humana (WILLIAMS, 2011, p. 89). Examinemos rapidamente a ideia de patrimônio e sustentabilidade⁵, depois a de natureza.

Patrimônio seria algo a ser transmitido, uma herança deixada pelos pais aos seus filhos, segundo as leis e, também, os costumes. Nesse sentido, estava associado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de determinadas sociedades, estabilizadas no tempo e no espaço. Porém, especialmente nas últimas décadas do século XX, diversos adjetivos requalificaram o seu sentido anterior (genético, natural, histórico etc). Hoje ele seria um conceito “nômade”. Já o patrimônio histórico, expressão que designa, ou designava, algo que poderia servir de usufruto para a comunidade, atualmente se encontra ampliado pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2001, p. 11). Para Choay, o

⁴ Ver artigo, neste mesmo número, da revista *Confluências Culturais*.

⁵ Uma análise não resumida sobre as ideias de patrimônio e sustentabilidade pode ser encontrada no artigo de Silvia Zanirato, já mencionado.

crescimento do universo do patrimônio, sobretudo do patrimônio edificado, cujo conceito de monumento histórico surge no Ocidente em meados do século XIX, extrapolou em muito o sentido original, e sua aplicação chegou a países que tradicionalmente não concebiam tal noção, como o Japão da era Meiji. Segundo essa autora, vivemos uma “inflação patrimonial” (CHOAY, 2001, p. 12-14).

Nas últimas décadas do século XX, o “patrimônio se impôs como uma categoria dominante, abrangente, senão devoradora [...]. Logo se inventariou todo tipo de ‘novos patrimônios’ e se declinaram ‘novos usos’ do patrimônio” (HARTOG, 2013, p. 193). Essa “inflação do patrimônio” avançou rumo ao mundo natural criando um paradoxo. O fundamento da ideia de patrimônio – tanto na origem de seus usos privados como na sua incorporação às políticas públicas – residia na possibilidade de transmissão. Mas os seres naturais, ou, de forma mais ampla, tudo o que não seja humano na percepção popular, não poderiam ser “transmitidos”, deixados de herança, pois não pertenceriam a nenhum grupo específico. A percepção da degradação, da “crise ecológica”, que emergiu na era da ecologia, como dissemos anteriormente, colocou em questão a necessidade de preservar e transmitir para as gerações futuras a “natureza”. Uma primeira resposta teria sido sua “patrimonialização para se dotar de recursos jurídicos e assim poder preservá-la, desde hoje para o amanhã” (HARTOG, 2013, p. 196). São, portanto, tempos de crise, da crise ecológica. Assim, o surgimento da ideia de uma natureza “patrimonializada” talvez seja uma dessas transformações nos usos e na ideia de natureza no sentido atribuído por Raymond Williams.

Podemos agora acrescentar mais alguns temperos ao nosso argumento/cozido, incluindo a ideia de sustentabilidade. Em uma definição encontrada no mais famoso dicionário brasileiro, o Aurélio, lê-se que sustentabilidade é um substantivo feminino, que denota “qualidade de sustentável”. Por sua vez, sustentável é um adjetivo, que significa “o que se pode sustentar”. Já o verbo sustentar possui várias possibilidades: segurar por baixo; ratificar; resistir; conservar; impedir a ruína; proteger; ser contrário; conservar a mesma posição (HOLANDA, 1986). Pode-se concluir que, em geral, sustentabilidade refere-se a “manter” e não está associada a natureza ou meio ambiente. Porém, após a Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992, a Rio-92, o sentido ou a ideia de sustentabilidade passou a estar associado às relações dos humanos com a natureza e a ideia de desenvolvimento.

Já em 2009 encontramos no *Dicionário socioambiental brasileiro*, organizado por Luciano Pizzato e Raquel Pizzato, a ideia de sustentabilidade como “conceito associado ao desenvolvimento sustentável”. Sustentabilidade ambiental, por sua vez,

envolve a utilização racional dos recursos naturais, sob a perspectiva de longo prazo. A utilização sustentável dos recursos naturais é aquela em que os recursos naturais renováveis são usados abaixo de sua capacidade natural de reposição e os não renováveis são usados de forma parcimoniosa e eficiente, aumentando sua vida útil. [...] A sustentabilidade ambiental é caracterizada pela manutenção da capacidade do ambiente de prover os serviços ambientais e os recursos necessários ao desenvolvimento das sociedades humanas de forma permanente (PIZZATO; PIZZATO, 2009, p. 297).

A ideia de preservação da natureza não surgiu nesse momento, no fim do século XX e início do presente. Desde o fim do século XIX o debate já estava colocado, mas com perspectivas diferentes das atuais. Talvez tenha sido nos Estados Unidos onde pela primeira vez uma parte do mundo natural, algumas paisagens, tenham sido preservadas como um patrimônio, como uma prova autenticando a sua originalidade. Lá foi criado o primeiro “parque” de proteção ambiental permanente, o Parque de Yellowstone:

Nos Estados Unidos pós-independência, contrapondo-se às teorias de Buffon e de De Pauw, defensores da natureza norte-americana dedicaram-se à tarefa de provar que, em muitos aspectos, o Novo Mundo era superior ao Velho. [...] Pensava-se que os Estados Unidos tinham recebido da Divina Providência uma missão civilizatória, ao lado de uma vocação inata para expansão do território, como que um Destino Manifesto (PRADO, 1999, p. 186).

A preservação de determinada paisagem garantiria um aviso às futuras gerações lembrando-as da “missão civilizatória” daquele povo.

Nos dias atuais a preservação está associada a uma nova percepção sobre o mundo natural surgida na segunda metade do século XX, uma ideia de natureza frágil e constantemente ameaçada de destruição pelos humanos, que necessitaria ser preservada por meio de diversas ações: reservas, parques etc. Estaríamos vivendo no tempo da “era da ecologia” (WORSTER, 1996) ou da “revolução ambientalista” (MCCORMICK, 1992). Esse movimento tornou a ecologia, enquanto discurso, influente nos tempos contemporâneos, condicionando quase todas as falas das sociedades (BARBOSA, 1991). Nesse ponto, temos em nossa receita o patrimônio e a sustentabilidade, e falta incluir a ideia de natureza, estando assim quase pronto o prato “patrimônio natural”.

A palavra natureza, entre tantas, talvez seja uma das que têm, em seus significados, uma das maiores ambivalências conhecidas, ou sentidos polifônicos. Possui uma “quantidade extraordinária da história humana”, fato que muitas vezes nos passa despercebido, obscurecido pela continuidade nominal dessa palavra ao longo do tempo (WILLIAMS, 2011, p. 89). Para esse autor,

o que importa nelas [nas definições] não é o significado mais adequado, mas história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história (WILLIAMS, 2011, p. 90).

Os seus usos, seus significados escondidos, obliterados atrás da continuidade nominal da palavra “natureza”, são fundamentais para nossas discussões e investigações, pois o que é “frequentemente argumentado na ideia de natureza é a ideia de homem; e isso não apenas de modo geral e absoluto, mas a ideia de homem na sociedade e, de fato, as ideias de tipo de sociedade” (WILLIAMS, 2011, p. 94). Poderíamos trocar o termo homem por humanos e, assim mesmo, manteríamos o sentido profundo da afirmação de Williams: atrás da ideia de natureza temos sociedades cujas relações concretas com o mundo natural as caracterizam e as diferenciam no tempo e no espaço.

Seus significados atravessam a ideia de uma singularidade com letra maiúscula, a Natureza, quase sinônimo de outra singularidade: Deus. Perpassa a definição de uma essência, tal como a “natureza de tal coisa”, ou “natureza do ser humano”. Refere-se, também, ao “mundo natural, que em uma definição popular seria tudo aquilo que não possui influência humana, o ‘mundo não humano’” (CRONON, 1996). Porém, como insistem em afirmar os estudiosos da área das humanidades, no sentido da cultura a natureza é aquilo que construímos culturalmente, apesar de não ser possível negar a existência de um mundo real, concreto (CRONON, 1996; SCHAMA, 1996; WILLIAM, 2011).

Mas é bom não esquecer as pedras. Simon Schama (1996, p. 17) nos lembra sobre essa intrincada relação entre cultura e natureza presente na noção de paisagem:

Compõe-se tanto de camadas de lembranças quando de estratos de rochas. [...] Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.

Voltemos então aos ingredientes que colocamos em cozimento em fogo brando:

1) O que sustentaria a natureza do patrimônio? Aqui a natureza assume o sentido de essência das coisas. Em uma definição ampla, a essência da natureza do patrimônio seria a herança deixada pelas gerações anteriores – garantida sua originalidade pela memória social, uma das formas de transmissão da cultura, e associada à identidade, que lhe outorga o reconhecimento pelo coletivo que é o herdeiro do patrimônio. Mas nem tudo o que foi deixado é considerado patrimônio. Somente algumas heranças deixarão de ser privadas, ou restritas, e assumirão o estatuto de coletivo. Por isso, o patrimônio está associado a memória, cultura e identidade, remetendo sempre a um coletivo, a um “nós”: a nossa história, a nossa memória, a nossa identidade, o nosso patrimônio. O que sustenta, portanto, nesse sentido, a natureza do patrimônio seria o sentimento de identidade coletiva, seja ela nacional, regional, de classe, religiosa etc. Mas o que sustentaria a ideia da natureza como herança, uma vez que ela não é, em uma das acepções dos significados de natureza, uma construção humana? Os humanos podem – e o fazem – transformá-la, mas ao que se sabe não são capazes de “produzir natureza”. Ora, isso tensiona a ideia de natureza presente nas definições de patrimônio natural: não sendo um artefato humano, em nome de quem, de qual coletivo, se “patrimonializaria” para preservar? Além disso, as fronteiras, que demarcam diferentes identidades coletivas diversas, que se inscrevem sobre o mundo natural – aqui a floresta brasileira, lá a boliviana, por exemplo –, são humanas (ARRUDA, 2006a; 2006b; 2009).

Passemos agora aos outros dois ingredientes de nossa receita, os quais estão já amalgamados após esse cozimento, formando novos sabores, porém, se o cozinheiro for bom, ainda será possível perceber os sabores dos ingredientes originais: 2) O patrimônio natural seria sustentável? e 3) A natureza do patrimônio natural seria sustentável? Tomando a ideia de sustentabilidade do ponto de vista econômico, isto é, da autossuficiência financeira do funcionamento de parques e reservas, não parece haver dúvidas quanto à estabilidade, ou sustentabilidade. O surgimento e a expansão acelerada do “turismo natural”, do “ecoturismo” em escala mundial, são evidências de que a “natureza” está na moda e o fluxo de visitantes está garantido, embora em alguns casos não se encontre o apelo comercial para a vilegiatura e a visitação turística (SCHAMA, 1996; ARRUDA, 2013).

Atribuindo, diversamente, outro sentido à natureza, entendendo-a como o mundo natural, aquilo que não teria sido produzido pelos humanos, não seria possível encontrarmos um padrão sustentável. A própria dinâmica e funcionamento do mundo natural, os processos tróficos que ocorrem incessantemente ao longo do tempo, os eventos climáticos extremos, geológicos e ambientais demonstram que não há estabilidade na natureza. Pode-se argumentar, ao contrário, que dependendo da escala de tempo e espaço seria possível estabelecer um padrão de relativo equilíbrio e encontrar formações, domínios, biomas, ecossistemas naturais homogêneos e persistentes. Assim, em um exemplo amplo, que alcançaria todos os humanos, na era geológica do Holoceno teria havido um equilíbrio de determinadas variáveis naturais, as quais propiciaram até mesmo a expansão das sociedades humanas como hoje as conhecemos. Diz-se que teria havido um equilíbrio, porque muitos cientistas argumentam que já estaríamos vivendo em uma outra era geológica, a era do Antropoceno: “Desde a Revolução Industrial, uma nova era surgiu, a ‘antropocena’, na qual as ações humanas têm se tornado a principal das mudanças ambientais globais”

(ROCKSTRÖM *et al.*, 2009, p. 472). Portanto, entendendo a natureza como mundo natural, não encontraremos sustentabilidade suficiente ao longo do tempo para estabelecer um “patrimônio” a ser legado para as gerações vindouras. No futuro, a natureza de hoje não será mais a mesma, independentemente da ação humana.

Continuando o raciocínio da insustentabilidade ao longo do tempo, acrescentemos que, ao ser escolhido ou eleito um objeto, um monumento, uma paisagem, ou mesmo um conhecimento com a finalidade de transformá-lo em patrimônio, coloca-se imediatamente a questão de sua permanência ou preservação. Desdobram-se desse problema as extensas discussões sobre a necessidade de proteção contra a ação do tempo, de restaurar, ou não, de retomar ou manter a originalidade. Façamos um exercício hipotético. Existindo um determinado patrimônio natural que, por acidente natural ou socioambiental, foi afetado em suas características, qual seria a originalidade, não no sentido de singular, mas de origem, dessa área, dessa paisagem, a ser retomada para um processo de restauração? Deixemos de lado, por ser um argumento extremo, a possibilidade de nosso patrimônio natural ter sido delimitado em uma área ainda pouco humanizada, existindo provavelmente muitas espécies pouco ou nem sequer conhecidas pelos humanos. Considerando, nessa especulação hipotética, que a resiliência desse patrimônio natural não teria sido rompida e, portanto, seria possível restaurá-lo, qual momento seria retomado como referência? Quais as características antes de sua humanização, se de alguma maneira for possível determiná-las? Mesmo que tivéssemos a capacidade científica, heurísticamente eliminando a presença humana, de estabelecer as definições daquele patrimônio antes de sua humanização, ainda assim restariam para serem considerados os processos tróficos ocorridos sem a participação das sociedades humanas. No raciocínio hipotético realizado, não estava dentro dos fatores analisados a possibilidade da existência de um “marco zero” do natural, uma natureza pristina antes da queda. O objetivo do nosso exercício era demonstrar comparativamente a existência de uma temporalidade, um tempo no qual passou a existir, foi construído ou há notícias das práticas e conhecimentos, nos diversos tipos de patrimônio.

As tensões apontadas, parece-nos, originam-se provavelmente na concepção de natureza que sustenta o patrimônio natural. Ela carrega muito do que o pensamento popular, do senso comum, possui sobre o que seria o mundo natural: um ecossistema, ou paisagem, mais ou menos congelado temporalmente; uma natureza em estado de equilíbrio, ameaçada pela ação dos humanos. Em poucas palavras, seria tudo aquilo que não teria sido criação humana.

A história ambiental, como argumentamos anteriormente, tem demonstrado que não há possibilidade de conceber o mundo natural sem considerar os humanos e suas sociedades ao longo do tempo. Várias pesquisas já demonstraram a contribuição humana na formação de diversas paisagens que são consideradas “naturais”. Schama (1996, p. 19) usa como exemplo dessa íntima e pretérita relação os campos gramados do Parque de Yosemite: “Os prados reluzentes, que sugeriram a seus primeiros encomiastas um Éden impoluto, eram, na verdade, resultado das frequentes queimadas realizadas pelos seus ocupantes, os índios Ahwahneechee”. Podemos usar um exemplo mais próximo, a floresta de araucária. Existem evidências de que a expansão dessa floresta, até o estágio em que foi encontrado pelos europeus no século XVI, teria sido resultado, em parte, de ação antropogênica (IRIARTE *et al.*, 2014, p. 242).

Aquela concepção, além de não levar em conta a ação dos humanos na construção das paisagens atuais, considera apenas o que “sobrou” para delimitar o que poderia se tornar “patrimônio natural”. Todo o seu entorno, aqueles espaços considerados degradados, ou transformados, não aparecem na composição do patrimônio. Ora, se o patrimônio é uma herança – aquilo que nossa geração deixará para as gerações futuras –, a transformação que os humanos provocaram no mundo natural seria o seu mais autêntico legado à posteridade. Mas não se quer deixar o legado da “sujeira”, então o patrimônio natural tem de estar limpo do pecado original: a ação humana. Mas essa é toda a natureza que temos, como mencionou Schama.

Assim, ao abrir nossa panela, sentimos que o resultado de nosso cozimento indica que a natureza do patrimônio natural não é “natural” e que ela também não é sustentável. Ela está mais próxima de ruínas, aquilo que está deixando o mundo do visível. Para François Hartog, o “patrimônio é um recurso para tempos de crise” (HARTOG, 2013, p. 243). O que a ideia de patrimônio natural pode dizer sobre a sociedade de humanos que a criou? Qual seria o sentido dessa novidade que associa crise e preservação? As respostas para essas perguntas exigem outras receitas e outros ingredientes.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, G. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade cultural. In: FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. (Orgs.). **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: AnnaBlume, 2009. p. 187-205.

_____. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 2, p. 2, 2006a.

_____. O patrimônio imaterial: a cidadania e o patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos**, Maringá, v. 10, p. 117-144, 2006b.

_____. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara (PR). **Antíteses**, Londrina, v. 6, p. 269-292, 2013.

BARBOSA, L. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.

CABRAL, D. de C. “O Brasil é um grande formigueiro”: território, ecologia e a história ambiental da América portuguesa, parte 1. **HALAC**, Belo Horizonte, v. III, n. 2, p. 467-489, mar.-ago. 2014.

_____. “O Brasil é um grande formigueiro”: território, ecologia e a história ambiental da América portuguesa, parte 2. **HALAC**, Belo Horizonte, v. IV, n. 1, p. 87-113, set. 2014-fev. 2015.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Edunesp; Estação Liberdade, 2001.

CORRÊA, D. S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). 1997. Tese (Doutorado)–Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. (Mimeografado).

CRONON, W. Introduction: in search of Nature. In: _____ (Org.). **Uncommon ground: rethinking the human place in Nature**. Nova York: W. W. Norton, 1996.

DRUMOND, J. C. Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, R. C.; PELLEGRINI, S. A.; DIAS, R. (Orgs.). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: Associação Nacional de História (Anpuh)/PR, 2000.
DUARTE, R. H. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HARTOG, F. **Regime de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1989)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, A. B. de. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

IRIARTE, P. *et al.* Paisagens jê meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o Holoceno tardio. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 11, n. 22, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/4147/3459>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, jan. 2010.

PIZZATO, L.; PIZZATO, R. **Dicionário socioambiental brasileiro**. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2009.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRADO, M. L. C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. Bauru: Edusc/Edusp, 1999.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 24 set. 2009.

SARLO, B. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Tradução de André Glasser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WORSTER, D. **Nature's economy: a history of ecological ideas**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press, 1996.

_____. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 1, 2003.